

A Trajetória do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo

Giovana Santos de Medeiros¹

Laura Araújo Drumond de Magalhães²

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo passou por profundas transformações urbanas, econômicas e sociais. Impulsionada pela expansão da cafeicultura, pela instalação de ferrovias, pelo crescimento industrial e pela chegada de imigrantes, a cidade consolidou-se como importante centro urbano e produtivo. Esse processo envolveu a abertura e o remodelamento de áreas públicas, a implantação de novas infraestruturas e a construção de edifícios destinados a expressar os ideais de progresso, civilização e modernidade defendidos sobretudo pela elite paulistana.

É nesse contexto de modernização da cidade que se insere a construção do Palácio das Indústrias, implantado na área da antiga Várzea do Carmo durante o processo de remodelação urbana que resultou na criação do Parque Dom Pedro II. Idealizado como espaço destinado à exposição das forças produtivas agrícolas e industriais do estado, o edifício integrou um projeto mais amplo de representação do estado de São Paulo como moderno, produtivo e tecnicamente desenvolvido, tornando-se um lugar de apresentação das atividades econômicas paulistas e de divulgação das ideias de progresso e modernização que orientaram parte das transformações urbanas e institucionais do período.

Este artigo analisa os usos iniciais do Palácio das Indústrias, com foco na implantação e no funcionamento do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo. Institucionalizado em 1928 e inaugurado em 1929, o museu reunia produtos agrícolas, matérias-primas, máquinas e manufaturas, concebido para apresentar uma síntese das forças produtivas do estado e divulgar, a diferentes públicos, as potencialidades da economia paulista.

¹ Possui graduação em Museologia pelo Centro Universitário Claretiano e cursa MBA em Gestão de Museus e Inovação pela ABGC. Atualmente é Conservadora Jr no Programa de Acervos do Museu Catavento.

² Possui graduação em Museologia e mestrado em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente é Coordenadora do Programa de Acervo do Museu Catavento.

O objetivo deste artigo é investigar como o Museu Agrícola e Industrial foi planejado, criado e apresentado ao público, bem como compreender os sentidos atribuídos ao Palácio das Indústrias no processo de modernização paulista. Parte-se da compreensão de que o museu integrou um projeto de valorização e representação das forças produtivas do estado, articulado aos discursos de modernização e de afirmação econômica que marcaram o período. Para isso, a pesquisa acompanha a construção do edifício, as exposições realizadas no Palácio, a criação e a institucionalização do museu, suas atividades entre 1929 e 1930 e as circunstâncias de seu encerramento.

A pesquisa baseia-se em notícias e reportagens publicadas principalmente pelo Correio Paulistano entre 1910 e 1939, complementadas por legislação, imagens e matérias de outros periódicos. As fontes foram analisadas considerando a trajetória da instituição e os discursos políticos e institucionais presentes em sua produção e circulação.

O Palácio das Indústrias

O projeto de urbanização da Várzea do Carmo foi formulado no contexto das administrações municipais de Antônio da Silva Prado e Raymundo Duprat e contou com a participação do urbanista francês Joseph-Antoine Bouvard. As intervenções incluíram a canalização do rio Tamanduateí, a drenagem da área e a implantação de um parque urbano, posteriormente denominado Parque Dom Pedro II.

Nesse contexto de renovação do desenho urbano, em 1910, foi proposta a construção de um edifício destinado à exposição e à apresentação “das nossas riquezas, especialmente industrial e agrícola.”³. No mesmo ano, a pressão de Antônio de Pádua Sales, então secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, defendeu a conclusão das obras de saneamento e embelezamento da Várzea do Carmo, como condição para a construção do edifício, que deveria abrigar exposições destinadas a oferecer:

Aos interessados o exame e o estudo de tudo que se referir ao desenvolvimento e progresso, sempre crescente das nossas indústrias e de nossa lavoura, offerecendo-lhes a synthese da situação desses ramos da actividade humana, como também será uma fonte de informações aos estrangeiros, que nos visitarem, por méra curiosidade ou movidos pelo desejo de collocar os seus capitaes no nosso Estado.⁴

³ (Correio Paulistano, 18 de setembro de 1910, p.3)

⁴ (Correio Paulistano, 18 de setembro de 1910, p.3)

O desenho urbano da capital paulista no início do século XX foi marcado pela intensa circulação de ideias e referências urbanísticas, com forte influência daquelas desenvolvidas e difundidas na Europa e nos Estados Unidos. A tradição de realizar os estudos superiores no continente europeu ou norte-americano contribuiu para que profissionais, especialmente engenheiros e arquitetos, atuantes em São Paulo no início do século XX adquirissem uma formação baseada nos padrões urbanísticos vigentes nos países onde estudaram (Cantarim, 2020).

Foi nesse contexto que os arquitetos Domiziano Rossi, com formação na Itália, Rodrigo Severo, em Portugal, e Ramos de Azevedo, formado em Gante, foram escolhidos para desenhar o Palácio das Indústrias. Tendo início em 1911, o edifício foi finalizado em 1924 e contou com diferentes estilos artísticos, como ecletismo e art nouveau.

Figura 1: Processo de construção do Palácio das Indústrias



Fonte: Arquivo Arq. 1919.

O Palácio das Indústrias não apenas modificou a paisagem da Várzea do Carmo, mas também participou da construção simbólica de uma nova imagem para a cidade, uma

vez que “a materialização dos novos espaços urbanos de São Paulo transformou não só as estruturas físicas da cidade como forjou uma identidade que comunicava a idealização de uma cidade intelectualizada e elitizada” (Martins, 1994, p. 178).

As exposições no Palácio das Indústrias

Antes de sua inauguração oficial, o Palácio das Indústrias, ainda inacabado, recebeu em 1917, sua primeira exposição. Realizada no andar térreo, nas galerias laterais e no claustro, a 1ª Exposição Industrial e Comercial de São Paulo reuniu produtos de diferentes segmentos, como os setores alimentício e de bebida, têxtil, farmacêutico e de perfumaria, além de artigos de metal e elétricos, esculturas, instrumentos musicais e produtos derivados do fumo. Ao todo, participaram cerca de 160 expositores (Lima, 2008). A antecipação da ocupação do edifício foi uma iniciativa do prefeito Washington Luís. Com base no Decreto nº 209, de 30 de abril de 1917, o gestor municipal propôs a câmara a realização anual de exposições de produtos industriais no Palácio das Indústrias, antecipando a utilização do espaço antes mesmo de sua conclusão definitiva. Segundo Lima:

O projeto é finalmente aprovado pela Câmara Municipal em 2 de julho de 1917 (lei nº 2084) estabelecendo a realização anual, sempre no mês de setembro, de uma exposição de produtos industriais do Município no Palácio das Indústrias (cedido pelo Governo de Estado). A prefeitura foi autorizada a gastar até 30:000\$000 com o evento, sendo que a organização ficou a cargo do Sr. Vergueiro Steidel (Lima, 2008, p.43).

A 1ª Exposição Industrial da Cidade foi inaugurada em 30 de setembro de 1917, teve duração de trinta dias e recebeu aproximadamente 80.000 visitantes, número que evidencia a ampla repercussão da iniciativa. (Carvalho, 2009). O expressivo público demonstrou o interesse da população paulistana pelo novo equipamento cultural e validou a aposta do poder público em criar um espaço permanente dedicado à exibição da produção industrial da cidade.

Figura 2: Recorte da inauguração da Exposição Industrial, com presença do prefeito Washington Luís.



Fonte: A Cigarra, 1917. Hemeroteca Digital

Figura 3: Recorte da mostra de perfumes e colônias da Casa Baruel, exposto no Palácio das Indústrias.



Fonte: A Vida Moderna, 1917. Hemeroteca Digital

Essas exposições, além de funcionarem como espaços de divulgação da produção industrial, também contribuíam para o reconhecimento das empresas, uma vez que

incluíam premiações para os melhores produtos e expositores. As empresas que se destacavam recebiam medalhas (de ouro, prata e bronze) e diplomas, que representavam formas de reconhecimento da qualidade dos produtos e do grau de desenvolvimento alcançado pela indústria local. Durante esse período, os responsáveis pelas exposições dependiam da participação direta dos expositores, que deveriam transportar e organizar seus próprios mostruários, equipamentos e demais materiais necessários à apresentação dos produtos.

Com a criação do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo, entretanto, essa dinâmica passou por uma transformação. A nova instituição foi concebida para preservar, expor e divulgar as forças produtivas do estado, conferindo caráter permanente a uma atividade que, até então, estava vinculada principalmente às exposições industriais temporárias. Os objetos apresentados nesses eventos deixaram de depender exclusivamente da participação dos expositores e passaram a ser incorporados ao museu, integrando um sistema de coleta, classificação, conservação, exposição e atualização sob responsabilidade de um órgão público. Essa mudança institucional e suas implicações para a organização e o funcionamento do museu serão apresentadas a seguir.

O projeto do Museu Agrícola e Industrial

Ao abordar o Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo, torna-se necessário situá-lo no contexto das instituições museais voltadas à reunião e à divulgação de produtos, matérias-primas, máquinas e conhecimentos técnicos, criadas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esses estabelecimentos ultrapassavam a função de preservação de objetos, ao reunir coleções e informações destinadas a apresentar as potencialidades econômicas de determinada região. Além da exposição de seus acervos, desempenhavam funções educativas, científicas e de promoção econômica, associadas aos discursos de progresso e modernização. O Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo foi concebido em consonância com esse modelo institucional.⁵

⁵ Sobre antecedentes desse modelo institucional, ver Furtado (2013), acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Cornish (2013), sobre o Museum of Economic Botany, de Kew; e Santos (2016), sobre a relação entre museus, exposições industriais e divulgação das produções nacionais.

O Correio Paulistano constitui a principal fonte utilizada nesta pesquisa para acompanhar o processo de criação e funcionamento do museu. Fundado em 1854, o periódico atuava como importante veículo de divulgação dos atos da administração paulista e registrava iniciativas econômicas, obras públicas e projetos institucionais (Nascimento, 2021). Suas publicações permitem acompanhar a formulação do projeto, sua implantação, a divulgação de suas atividades e os acontecimentos que antecederam a inauguração do museu.

Em março de 1928, o Correio Paulistano publicou uma matéria anunciando a criação do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo, apresentada como resposta a um antigo anseio das classes "laboriosas" paulistas. A reportagem evidencia que a proposta da nova instituição se diferenciava das atividades até então desenvolvidas no Palácio das Indústrias. O museu seria aberto gratuitamente ao público e teria como finalidade constituir um "índice permanente e permanentemente renovado das forças produtoras do Estado: agricultura, indústria pastoril e indústrias extrativas e manufactureiras", indicando que sua função não se restringiria à exposição de objetos, mas à organização e à representação sistemática da produção paulista.⁶

A matéria informava ainda que o Palácio das Indústrias passaria por reformas e adaptações para receber o museu, evidenciando o investimento realizado pelo governo estadual para adequar o edifício às novas funções da instituição. O periódico também descrevia a estruturação prevista para o acervo, composta pelos grupos: Produtos Naturais, Produtos Agrícolas, Produtos das Indústrias Agrícolas, Indústrias Zootécnicas, Máquinas em Geral e Produtos Industriais. Essa classificação demonstra que o museu foi concebido para reunir e ordenar os diferentes setores da produção estadual, aproximando-se do modelo de museus agrícolas e industriais difundido desde o final do século XIX, no qual as coleções eram organizadas segundo critérios econômicos, técnicos e produtivos. Ao mesmo tempo, essa estrutura revela uma concepção institucional voltada não apenas à exposição, mas também à documentação, à sistematização e à divulgação da produção paulista.

⁶ (Correio Paulistano, 18 de março de 1928, p. 6)

As notícias publicadas ao longo de 1928 demonstram que essa concepção orientou as medidas adotadas pela administração estadual para viabilizar a implantação do museu. Entre elas, destaca-se uma nota publicada pela Secretaria da Fazenda determinando a isenção do pagamento de frete ferroviário para o transporte de materiais destinados à instituição. A iniciativa buscava facilitar o envio de produtos provenientes de diferentes regiões do estado. Nesse mesmo período, o jornal registrou o envio de amostras por diversos municípios paulistas destinadas a integrar as futuras coleções.⁷

Outro aspecto desse processo de implantação do museu foi registrado em dezembro de 1928, quando um funcionário da Secretaria da Agricultura foi designado para conhecer instituições congêneres antes da instalação do novo museu. Entre os locais visitados estavam a Feira de Amostras e Museu Comercial, no Rio de Janeiro, e o Museu Agrícola da Sociedade Rural Argentina. A iniciativa demonstra a preocupação da administração estadual em conhecer experiências já consolidadas e utilizá-las como referência para a estruturação do museu paulista, adaptando-as às necessidades da economia do estado.⁸

As notícias publicadas ao longo de 1928 evidenciam que, antes mesmo de sua institucionalização legal, o Museu Agrícola e Industrial já possuía um programa institucional relativamente definido. A adaptação do edifício, a organização do acervo, a definição de suas atribuições e o estudo de instituições congêneres demonstram que sua implantação foi conduzida gradualmente pela administração estadual. Esse processo foi formalizado com a promulgação da Lei n.º 2.357, de 31 de dezembro de 1928, assinada por Júlio Prestes, que reorganizou a Diretoria de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e instituiu oficialmente o Museu Agrícola e Industrial como uma de suas seções.

Além de formalizar a existência da instituição, a legislação definiu sua vinculação à Diretoria de Indústria e Comércio, inserindo o museu em um conjunto de órgãos voltados ao estudo, à divulgação e à promoção dos recursos econômicos paulistas. Entre as atribuições estabelecidas para a instituição estavam a reunião e a exposição de produtos naturais e industriais do estado, com indicação de sua procedência, aplicações e valor econômico; a apresentação de máquinas e utensílios de fabricação paulista; a

⁷ (Correio Paulistano, 18 de maio de 1928, p. 9)

disponibilização de informações técnicas a agricultores, industriais e comerciantes; a organização de exposições e coleções de amostras; a produção de materiais destinados ao ensino; e o desenvolvimento de ações voltadas à divulgação da agricultura, da indústria e do comércio (São Paulo, 1928).

As atribuições definidas pela legislação demonstram que o museu foi concebido como um espaço de documentação, exposição e difusão dos recursos econômicos paulistas. Além de reunir e organizar coleções, a instituição deveria produzir e disponibilizar informações técnicas, promover exposições, apoiar iniciativas educativas e contribuir para a divulgação da agricultura, da indústria e do comércio do estado. A própria estrutura administrativa prevista na lei reforçava essa concepção ao instituir cargos destinados à coleta de amostras, à organização das coleções e à atualização permanente do acervo, evidenciando que o museu foi pensado como um instrumento permanente de documentação e promoção das potencialidades econômicas de São Paulo.

O Museu Agrícola e Industrial em funcionamento

Nos primeiros meses de 1929, o periódico ainda registrava providências relacionadas à instalação do museu, como a aquisição de mobiliário e materiais expositivos, o recebimento de amostras provenientes de diferentes regiões do estado e a manutenção do edifício. Essas notícias indicam que, às vésperas de sua inauguração, a instituição encontrava-se em fase final de organização.

Concluída essa etapa, o Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo foi inaugurado em 26 de maio de 1929, no Palácio das Indústrias. Na edição daquele dia, o Correio Paulistano dedicou ampla reportagem à nova instituição. Ilustrada com fotografias dos ambientes internos e das diferentes seções expositivas, a reportagem constitui uma das principais fontes para compreender a organização do museu em seus primeiros dias de funcionamento. A partir dessa publicação é possível reconstruir o percurso expositivo, identificar os principais núcleos que compunham a exposição e compreender a narrativa construída em torno das potencialidades econômicas do estado.⁸

⁸ (Correio Paulistano, 26 de maio de 1929, p. 1 a 4)

A matéria também apresentava o museu como uma das realizações vinculadas às políticas de modernização econômica promovidas pelo governo de Júlio Prestes. A presença da imagem do então presidente do Estado em destaque na capa reforça a relação estabelecida pelo periódico entre a inauguração da instituição e a atuação da administração estadual, inserindo o museu no conjunto de obras e iniciativas atribuídas ao governo paulista.

A reportagem mostra que a organização do Museu Agrícola e Industrial seguia uma lógica voltada à representação das potencialidades econômicas do estado. As coleções estavam distribuídas em setores que reuniam recursos naturais, produtos agrícolas, máquinas, mercadorias manufaturadas e materiais relacionados ao ensino técnico. Essa organização estabelecia um percurso que conduzia o visitante da apresentação das características do território e de suas matérias-primas às atividades agrícolas e industriais desenvolvidas em São Paulo.

As fotografias revelam galerias amplas organizadas por vitrines e mostruários, nos quais os objetos eram agrupados conforme sua origem ou setor produtivo. A forma de disposição dos acervos e mobiliários expositivos favorecia a comparação entre os diferentes produtos e reforçava o caráter didático da exposição.

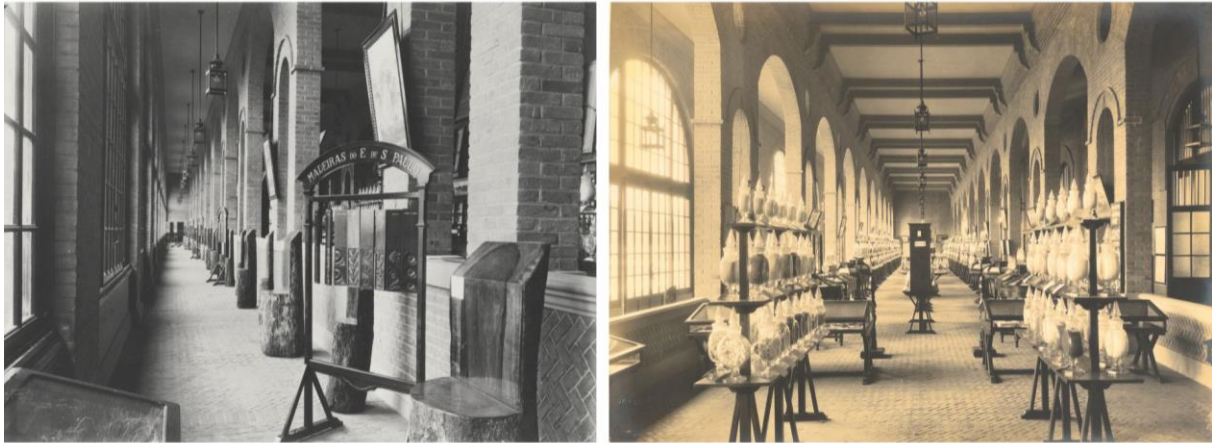
Um dos primeiros setores descritos pela reportagem era o de mineralogia, instalado no mesmo pavilhão dedicado à agricultura. O espaço reunia uma maquete em relevo do estado de São Paulo e amostras de minerais como carvão de pedra, lítio, albita, zircônio, asfalto, galena e variedades de granito. Na sequência, a exposição apresentava os principais produtos agrícolas paulistas, entre eles madeiras destinadas à construção civil, à indústria do papel e à extração de óleos medicinais, além de arroz, feijão, milho, algodão, trigo, cana-de-açúcar e amendoim.

Entretanto, o café recebia tratamento diferenciado. Ao descrevê-lo, o *Correio Paulistano* afirmava que seria desnecessário destacar sua importância para o estado, ressaltando o "bem cuidado mostruário desse fruto vermelho" organizado pelo museu.⁹ O setor possuía um salão próprio, cujas paredes apresentavam os nomes das cidades produtoras representadas na exposição, acompanhados de seus respectivos produtos.

⁹ (*Correio Paulistano*, 26 de maio de 1929, p. 1 a 4)

Essa organização conferia destaque tanto ao café quanto às localidades responsáveis por sua produção, reforçando a centralidade do produto na economia paulista.

Figuras 4 e 5: Setores de madeiras e de produtos agrícolas



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929.

Figura 6: Salão dedicado ao café produzido no estado.



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929.

A sequência da exposição conduzia o visitante dos recursos naturais às atividades industriais. O jornal menciona a presença de maquinários agrícolas e industriais, entre os quais se destacava a metalurgia, dividida em duas seções: a chamada “grossa metalurgia”, composta por equipamentos e estruturas de maiores dimensões, e a “pequena metalurgia”, formada por objetos, ferramentas e instrumentos menores. Essa organização reforçava a representação de uma economia capaz de transformar seus próprios recursos em bens

manufaturados, aspecto sintetizado no título da reportagem: “São Paulo não precisa mais importar”.

Figuras 7 e 8: Setores da grossa metalurgia e pequena metalurgia



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929.

Outro setor que recebeu destaque na reportagem foi o da indústria têxtil. O texto menciona a presença de tecidos de juta, algodão, seda e lã, produzidos no estado. As fotografias mostram os espaços destinados a esses produtos e a forma como eram organizados nos mostruários. A reunião de diferentes tipos de tecidos evidenciava a diversidade da produção têxtil paulista. Naquele período, a indústria têxtil constituía um dos principais setores da produção manufatureira brasileira, o que ajuda a explicar o espaço dedicado a ela no museu.

Uma das seções era dedicada aos vidros e cristais, reunindo objetos que exemplificavam a produção desse ramo industrial. Em outra parte do museu, eram apresentados produtos veterinários, relacionados às atividades pecuárias e agrícolas, evidenciando a articulação entre diferentes setores da economia paulista. Além dessas áreas específicas, a exposição reunia objetos variados, organizados em estantes e mostruários classificados como “indústrias diversas”.

Figuras 9 e 10: Setor dedicado aos tecidos



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929.

Figuras 11 e 12: Setores de vidros e cristais e de produtos veterinários



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929.

Também estavam presentes produtos acabados, como calçados, chapéus e mobiliário doméstico. Esses artigos representavam uma produção manufatureira voltada ao consumo direto e evidenciavam a capacidade da indústria paulista de fabricar bens destinados ao uso cotidiano. Por fim, a reportagem destacava a presença do Liceu de Artes e Ofícios entre os expositores, apresentando trabalhos produzidos pelos alunos da instituição. A inclusão desse conjunto amplia a compreensão das finalidades atribuídas ao museu, indicando que sua proposta não se limitava à divulgação das atividades agrícolas e industriais, mas também incorporava a valorização do ensino técnico e da formação profissional como elementos associados ao desenvolvimento econômico paulista.

Figuras 13 e 14: Seções de calçados e chapéus e de mobiliário doméstico



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 1929

Dois dias após a inauguração, o *Correio Paulistano* publicou nova reportagem dedicada à solenidade oficial realizada no Palácio das Indústrias. As fotografias registravam Júlio Prestes e outras autoridades durante a cerimônia, reforçando a associação entre o museu e as realizações da administração paulista.¹⁰

Além da visitação do público em geral, o museu passou a receber com frequência autoridades políticas, representantes diplomáticos, cientistas e delegações nacionais e estrangeiras. O periódico registrou sucessivas visitas de presidentes de estado, senadores, deputados, cônsules e outras personalidades, evidenciando que a instituição passou a integrar o circuito de recepções oficiais e encontros promovidos pelo governo paulista. Em julho de 1929, por exemplo, o jornal noticiou a visita de cientistas brasileiros e estrangeiros que participavam de um congresso realizado na capital, incluindo o museu entre as atividades previstas para os participantes do evento.¹¹

A dimensão educativa prevista desde a criação da instituição também se refletiu na intensa visitação escolar. Em agosto de 1929, o *Correio Paulistano* publicou uma fotografia da visita de estudantes da Escola de Comércio Doze de Outubro às dependências do museu.¹² Pouco tempo depois, outra reportagem informava que aproximadamente três mil estudantes já haviam visitado a instituição desde sua inauguração, registrando a visita de

¹⁰ (*Correio Paulistano*, 28 de maio de 1929, p. 1)

¹¹ (*Correio Paulistano*, 11 de julho de 1929, p. 5)

¹² (*Correio Paulistano*, 07 de agosto de 1929, p. 10)

alunas da Escola Normal durante a visita. Esses registros evidenciam que o museu rapidamente passou a integrar as atividades de diferentes estabelecimentos de ensino.¹³

Figura 15: Visita de um grupo de alunas ao Museu Agrícola e Industrial



Fonte: Correio Paulistano, 05 de setembro de 1929, p. 10. Hemeroteca Digital.

Além das visitas, o museu promovia conferências gratuitas e exposições temporárias voltadas à divulgação da produção paulista. Em outubro de 1929, o Correio Paulistano anunciou uma nova Exposição de Frutas e, em dezembro, a "Semana dos Vidros e Cristais", dedicada à valorização da indústria nacional. Essas iniciativas evidenciam que a instituição mantinha uma programação contínua, renovando periodicamente suas atividades e ampliando seus meios de divulgação.¹⁴

As atividades desenvolvidas pelo Museu Agrícola e Industrial tiveram continuidade ao longo de 1930. O Correio Paulistano registrou a realização de novas conferências voltadas à difusão de conhecimentos técnicos, a manutenção das exposições gratuitas de filmes educativos relacionados à economia paulista, a realização de uma nova edição da exposição de frutas e a criação das chamadas Semanas Industriais, iniciativa destinada a

¹³ (Correio Paulistano, 05 de setembro de 1929, p. 10)

¹⁴ (Correio Paulistano, 05 de setembro de 1929, p. 08; 26 de outubro de 1929, p. 06; 11 de dezembro de 1929, p. 2)

promover diferentes segmentos da produção manufatureira do estado. A primeira edição foi dedicada à indústria da seda e sucedia experiências anteriores, como a "Semana dos Vidros e Cristais", cuja reportagem informava ter recebido aproximadamente vinte mil visitantes, evidenciando a expressiva circulação de público nas atividades promovidas pelo museu.¹⁵

As visitas ao museu também permaneceram frequentes. Em abril de 1930, o periódico registrou uma das exposições temporárias em cartaz, que já havia recebido mais de 25 mil visitantes. Outra reportagem informava a presença de cerca de mil estudantes do Grupo Escolar do Belenzinho, indicando o alcance das atividades desenvolvidas pela instituição.¹⁶

Esses registros demonstram que a instituição manteve intensa atividade até os meses que antecederam a Revolução de 1930. As últimas referências ao Museu Agrícola e Industrial localizadas no Correio Paulistano datam de outubro daquele ano. Poucas semanas depois, a Revolução de 1930 alteraria profundamente o cenário político e interromperia a breve trajetória da instituição.

O fim do Museu Agrícola e Industrial

O encerramento do Museu Agrícola e Industrial ocorreu em meio às profundas transformações políticas que marcaram o ano de 1930. A crise da Primeira República foi agravada pelos efeitos da crise econômica internacional de 1929 e pelas disputas em torno da sucessão presidencial. A candidatura de Júlio Prestes, apoiada por Washington Luís, rompeu a tradicional articulação entre São Paulo e Minas Gerais e contribuiu para a formação da Aliança Liberal, que se opôs ao governo e ao resultado das eleições presidenciais. A intensificação das tensões políticas culminou, em outubro de 1930, no movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, encerrando a Primeira República e inaugurando uma nova configuração política e administrativa no país (Fausto, 1997).

¹⁵ (Correio Paulistano, 01 de janeiro de 1930, p. 04; 14 de janeiro de 1930, p. 01; 23 de janeiro de 1930, p. 1; 26 de abril de 1930, p. 05; 03 de maio de 1930, p. 02;)

¹⁶ (Correio Paulistano, 29 de abril de 1930, p. 02; 07 de junho de 1930, p. 06)

A mudança de governo repercutiu também na organização administrativa do Estado de São Paulo. Iniciativas vinculadas à administração anterior passaram a se inserir em um novo contexto político, e o Palácio das Indústrias, onde funcionava o museu, foi destinado a outras finalidades. A mudança de uso do edifício resultou na interrupção das atividades da instituição, pouco mais de um ano após sua inauguração.

O acompanhamento desse processo pelas páginas do Correio Paulistano, principal periódico utilizado nesta pesquisa, foi interrompido justamente nesse momento. Em razão de sua vinculação ao Partido Republicano Paulista, o jornal deixou de circular após a Revolução de 1930, retomando sua publicação somente em junho de 1934 (Sousa, 2012). A interrupção do periódico criou uma lacuna na documentação sobre os primeiros acontecimentos relacionados ao encerramento do museu e tornou necessário recorrer a outras fontes para acompanhar o ocorrido.

Uma das primeiras referências localizadas sobre o fim da instituição foi publicada pela Folha da Manhã, em janeiro de 1931, em uma matéria dedicada às circunstâncias que levaram ao encerramento do museu. A reportagem informava que a Diretoria do Museu havia encaminhado uma circular aos industriais solicitando a retirada dos mostruários que ainda permaneciam no edifício. A medida gerou descontentamento entre representantes da indústria paulista, que consideravam o museu um importante espaço de divulgação da produção estadual e chegaram a solicitar a reconsideração da decisão.¹⁷

A reportagem também reproduz opiniões favoráveis ao encerramento das atividades, sustentando que museus agrícolas e industriais já haviam perdido sua função em outros países e que um estado que importava mais do que exportava não necessitaria de uma instituição dessa natureza. A coexistência desses argumentos evidencia que o fim do museu foi objeto de debate e revela diferentes interpretações sobre sua utilidade naquele contexto.

Embora a proximidade temporal entre a Revolução de 1930 e o encerramento do museu seja significativa, as fontes analisadas não permitem afirmar que sua extinção tenha ocorrido exclusivamente por razões políticas. Não foi localizada uma determinação oficial que estabeleça diretamente essa relação. A documentação, contudo, permite observar que

¹⁷ (Folha da Manhã, 22 de janeiro de 1931, p. 18)

o encerramento ocorreu durante uma ampla reorganização administrativa e que a mudança de finalidade do Palácio das Indústrias foi apresentada como justificativa imediata para a retirada dos mostruários e a interrupção das atividades.

Após o retorno do Correio Paulistano à circulação, o museu voltou a aparecer nas páginas do periódico. Em 1934, uma matéria retomava a discussão sobre seu encerramento e o apresentava como uma medida prejudicial ao patrimônio paulista. Em 1937, a reportagem intitulada “Crime que não foi reparado” voltava ao assunto e questionava a Secretaria da Agricultura sobre a possibilidade de restabelecimento da instituição. A permanência desse tema nas páginas do jornal evidencia que o fim do museu continuava sendo interpretado como uma perda e que sua retomada ainda era considerada uma possibilidade.¹⁸

Pouco se sabe sobre o destino dos diferentes elementos que compunham o museu após seu encerramento. No caso dos mostruários pertencentes às indústrias, é provável que tenham sido retirados pelos respectivos expositores, conforme solicitado pela Diretoria do Museu. Já em relação aos objetos incorporados ao acervo por meio de doações, não foram localizadas informações que permitam esclarecer seu destino. Em 1931, contudo, a Secretaria da Agricultura emprestou ao Museu Paulista 61 móveis expositivos pertencentes ao Museu Agrícola e Industrial (Martins, 2025), o que indica que parte da estrutura utilizada pela instituição foi posteriormente reaproveitada por outro equipamento cultural.

Mesmo extinto, o museu permaneceu presente nas discussões sobre a divulgação da produção paulista. Em 1939, o Correio Paulistano registrou que a diretoria da Federação das Indústrias havia discutido a possibilidade de seu restabelecimento. Embora a proposta não tenha avançado, sua retomada quase uma década após o fechamento revela que o projeto ainda era considerado uma referência para a representação e a divulgação das atividades econômicas do estado.¹⁹

¹⁸ (Correio Paulistano, 19 de agosto de 1934, p. 1)

¹⁹ (Correio Paulistano, 04 de junho de 1939, p. 23)

Conclusões

A criação do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo representou um esforço de sistematização e divulgação da produção econômica paulista. A instituição articulava exposição, informação técnica e ações educativas, inserindo-se também nas estratégias de representação e promoção da produção estadual. A expressiva presença do museu nas páginas do Correio Paulistano evidencia sua dimensão política, funcionando como uma vitrine do projeto de modernização e progresso associado ao governo de Júlio Prestes. Dessa forma, as reportagens do Correio Paulistano não devem ser compreendidas como relatos neutros, mas analisadas criticamente, considerando seu papel na difusão de uma narrativa favorável ao governo e na legitimação de suas realizações, além dos posicionamentos do próprio periódico.

O encerramento do museu não interrompeu sua presença no debate sobre as instituições voltadas à produção e ao desenvolvimento econômico paulista. As discussões sobre o destino de seu acervo e as propostas de restabelecimento da instituição ao longo da década de 1930 demonstram que o museu continuou sendo lembrado como uma iniciativa voltada à propaganda econômica e à difusão técnica do estado. Após sua desativação, o Palácio das Indústrias passou por diferentes usos administrativos e institucionais, até voltar a exercer uma função museológica em 2009, com a instalação do Museu Catavento.

A trajetória do edifício, que abrigou diferentes experiências museais em momentos distintos, permite observar mudanças nas funções atribuídas aos museus e o desenvolvimento da própria Museologia como campo do conhecimento. Enquanto o Museu Agrícola e Industrial estava voltado à representação e à promoção da economia paulista, inserindo-se em uma concepção de instituição museológica associada à afirmação do progresso e do desenvolvimento, o Museu Catavento atua a partir de outras formas de exposição, mediação e relação com o público. No contexto contemporâneo, práticas como a interatividade, a acessibilidade e a educação ampliam a participação do visitante na experiência museal. Assim, a comparação entre as duas instituições não aponta apenas para a substituição de um modelo de museu por outro, mas permite compreender diferentes formas de atribuir funções sociais, educativas e culturais aos museus em seus respectivos contextos históricos.



Os diferentes usos do Palácio das Indústrias permitem, portanto, acompanhar não apenas as transformações pelas quais passou o edifício, mas também aspectos das mudanças econômicas e sociais do estado de São Paulo e das diferentes concepções sobre o papel dos museus ao longo do tempo. Sua história evidencia como diferentes contextos produziram distintas formas de compreender a relação entre museu, conhecimento e público.

Referências

ARQUIVO ARQ. Palácio das Indústrias – Parque Dom Pedro II. Disponível em: <https://arquivo.arq.br/projetos/palacio-das-industrias-parque-dom-pedro-ii>. Acesso em: 21 ago. 2026.

CANTARIM, Fernanda. **As ideias urbanísticas internacionais e suas influências na cidade de São Paulo de 1910 e 1930**. SciELO - Biblioteca Científica Eletrônica Online, 2020.

CARVALHO, Kleber Santos. **Pavilhões e centros de exposições em São Paulo: cidadelas modernas do mundo globalizado. 2009**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009.

CORNISH, Caroline. **Curating science in an age of empire: Kew's Museum of Economic Botany**. 2013. Tese (Doutorado) – Royal Holloway, University of London, Londres, 2013.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Janaína Lacerda. Um museu desaparecido do século XIX: uma discussão acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1871-1886). Acervo: **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 146-159, 2013

MARTINS, A. L. Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX. . In: _____. **A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista**. ANPUH, Marco Zero, FAPESP. São Paulo. 1994

MARTINS, Mariana Esteves. **Utensílios vulgares de antanho, relíquias evocadoras e peças sobremodo curiosas: os objetos históricos no Museu Paulista de Affonso Taunay (1917–1945)**. 2025. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

NASCIMENTO, Maraísa Medeiros. **O "Correio Paulistano" e as representações das políticas de mão de obra: projeções sobre escravidão e imigração (1882–1888)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021.

LIMA, Paula Coelho Magalhães. **A exposição de 1917 em São Paulo: Representações do industrialismo na metrópole nascente**. 2008. Iniciação Científica - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo Césardos. **Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, p. 182.

SÃO PAULO, **Lei n.º 2.357, de 31 de dezembro de 1928**. Reorganiza a Diretoria de Indústria e Comércio, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 31 dez. 1928. Disponível em:



<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1928/lei-2357-31.12.1928.html>. Acesso em 15 ago. 2026.

SOUSA, Carolina Soares. **Política, a arte de lembrar e esquecer: os projetos políticos paulistas (1933-1934)**. 2012. 127 f, il. Dissertação (Mestrado em História Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.